



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RENÊ BEZERRA MARIANO

TÓPICOS SOBRE TEORIA ECONÔMICA

Palmas/TO
2025

RENÊ BEZERRA MARIANO

TÓPICOS SOBRE TEORIA ECONÔMICA

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas, Curso de Ciências Econômicas para obtenção do título de Bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador(a): Doutor(a) Gisele Barbosa de Paiva

Palmas/TO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- M333t Mariano, Renê Bezerra.
 Tópicos sobre teoria econômica. / Renê Bezerra Mariano. – Palmas, TO,
 2025.
 45 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
 Universitário de Palmas - Curso de Ciências Econômicas, 2025.
 Orientadora : Gisele Barbosa de Paiva
1. Microeconomia. 2. Macroeconomia. 3. Economia Internacional. 4.
 Finanças Públicas. I. Título

CDD 330

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

RENÊ BEZERRA MARIANO

Tópicos Sobre Teoria Econômica

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas, Curso de Ciências Econômicas para obtenção do título de graduação e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Profa. Dra. (Gisele Barbosa de Paiva) Orientadora, UFT.

Profa. Dra. (Keile Aparecida Beraldo), UFT.

Profa. Dra. (Juliana Aguiar de Melo), UFT.

Palmas/TO, 2025

*Com carinho, dedicamos todo esse empenho
às almas trabalhadoras em geral, por esse
trabalho de amor, dedicação e determinação.*

AGRADECIMENTOS

Agradecemos imensamente aos nossos familiares, aos professores, ao Serviço de Apoio Estudantil (SAPP- Serviço de Apoio Pedagógico e Psicológico) na figura representativa da senhora Patrícia e toda a equipe, a comunidade acadêmica em geral, sua energia, criatividade, interesse e compromisso. Que vocês, suas famílias e o mundo todo sejam abençoados por suas contribuições singulares e significativas.

“Sua alegria deve estar no local onde você trabalha.”

- Tertuliano.

RESUMO

O presente trabalho pretende elucidar, discutir, analisar e explicar, assuntos relacionados à teoria econômica. Trata-se de questões como: microeconomia; macroeconomia; economia internacional; finanças públicas e desenvolvimento econômico. Esse trabalho tem como objetivo discutir: Na seção 1 conceitos de estrutura de mercado (concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolística) de que maneira desta forma influenciam nas decisões de produção e preços das empresas. Como a eficiência alocativa e a eficiência produtiva variam entre esses tipos de mercado e os impactos sobre o bem-estar do consumidor. Na seção 2 explora-se a interação entre política fiscal e política monetária em um cenário de crise econômica. De que maneira essas políticas podem ser utilizadas para estimular a economia, controlar a inflação e reduzir o desemprego. Discute-se o papel das expectativas dos agentes econômicos e a importância da coordenação entre as duas políticas. Na seção 3 tratamos da Economia Internacional em que analisa-se as consequências econômicas das flutuações nas taxas de câmbio para um país em desenvolvimento. Como as variações na taxa de câmbio afetam o comércio exterior, os investimentos diretos e a balança de pagamentos. Discute-se também como a política cambial pode ser utilizada para estabilizar a economia. Na seção 4 sobre Finanças Públicas examina-se o papel das finanças públicas na promoção do desenvolvimento econômico e social. Como a alocação de recursos públicos e a execução de programas sociais impactam a distribuição de renda e o crescimento econômico. Discute-se também a importância da transparência e da responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos. E por último na seção 5 analisa-se os principais fatores que contribuem para o desenvolvimento econômico sustentável de um país, considerando aspectos como capital humano, infraestrutura, inovação e governança. Compreender como as políticas públicas podem ser formuladas para fomentar esses fatores e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Por meio de pesquisa bibliográfica descritiva buscou-se, inicialmente, compreender a amplitude das questões contextualizadas. Nesse ponto, salientou-se a importância dos assuntos abordados de maneira que representam grande relevância na teoria econômica.

Palavras-chaves: Microeconomia, Macroeconomia, Economia Internacional, Finanças Públicas, Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

This paper aims to elucidate, discuss, analyze, and explain topics related to economic theory. It addresses issues such as microeconomics; macroeconomics; international economics; public finance; and economic development. This paper aims to discuss: In section 1, concepts of market structure (perfect competition, monopoly, oligopoly, and monopolistic competition) and how they influence firms' production and pricing decisions. How allocative efficiency and productive efficiency vary between these types of markets and their impact on consumer welfare. Section 2 explores the interaction between fiscal policy and monetary policy in an economic crisis scenario. How these policies can be used to stimulate the economy, control inflation, and reduce unemployment. The role of economic agents' expectations and the importance of coordination between the two policies are discussed. Section 3 addresses the International Economy, analyzing the economic consequences of exchange rate fluctuation for a developing country. It also discusses how exchange rate variations affect foreign trade, direct investment, and the balance of payments. It also discusses how exchange rate policy can be used to stabilize the economy. Section 4, on Public Finance, examines the role of public finance in promoting social and economic development. It also examines how resource allocation and the implementation of social programs impact income distribution and economic growth. The importance of transparency and fiscal responsibility in the management of public resources is also discussed. Finally, section 5 on Economic Development, analyzes the main factors that contribute to a country's sustainable economic development, considering aspects such as human capital, infrastructure, innovation, and governance. The study aims to understand how public policies can be formulated to foster these factors and reduce social and regional inequalities. Through descriptive bibliographic research, the initial aim was to understand the breadth of the contextualized issues. This section emphasizes the importance of the topics addressed, which are highly relevant in economic theory.

Key-words: Microeconomics, Macroeconomics, International Economy, Public Finance, Sustainable Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Gráfico Contendo a Eficiência no Sentido de Pareto.....18

Figura 2 – Os Três Pilares da Sustentabilidade (Triple Bottom Line).....36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de Regimes Cambiais.....	24
--	-----------

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
	1.1-Apresentação do tema e sua relevância.....	11
	1.2-Objetivo do trabalho.....	11
	1.4-Metodologia utilizada para a pesquisa.....	12
2	DESENVOLVIMENTO	12
	2.1-SEÇÃO 1: Microeconomia.....	12
	2.2-SEÇÃO 2: Macroeconomia.....	21
	2.3-SEÇÃO 3: Economia Internacional.....	24
	2.4-SEÇÃO 4: Finanças Públicas.....	30
	2.5-SEÇÃO 5: Desenvolvimento Econômico.....	36
3	CONCLUSÃO	41
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

1.1 - Apresentação do tema e sua relevância

De maneira geral, deparamo-nos, em nosso dia a dia, com diversas questões de natureza econômica. Como exemplo, podemos citar: - desemprego; - inflação; - déficit público; - alterações nas taxas de juros; - aumento de impostos; - desvalorização da taxa de câmbio.

Na realidade, os princípios e as práticas econômicas têm, ao longo do tempo, moldado o cotidiano dos cidadãos e, por conseguinte, da sociedade.

Atualmente o conhecimento sobre assuntos econômicos se faz mais necessário do que nunca, uma vez que a maior parte dos complexos problemas das sociedades modernas, tais como a globalização, a pobreza e a questão do meio ambiente, entre outros, está atrelada a problemas de natureza econômica.

Entretanto, apesar de a maioria das pessoas participar de atividades de natureza econômica, poucas possuem conhecimento teórico que lhes permitam analisar os problemas econômicos que nos cercam em nosso cotidiano.

Esse é, sem dúvida, o grande motivo pelo qual devemos estudar economia. O seu estudo nos proporcionará um conjunto de conhecimentos que nos ajudará a formar opiniões a respeito dos grandes problemas econômicos do nosso tempo, tornando-nos cidadãos de fato em nossa sociedade.

Comprovadas pela evidência, as leis que explicam o comportamento humano passam a fazer parte do conjunto de conhecimento que formam a teoria econômica. Desta forma uma teoria é, então, utilizada para testar as diferentes questões formuladas sobre uma específica realidade socioeconômica. Na verdade, isso se apresenta como um simples encadeamento de raciocínio lógico. Baseados nos postulados da teoria existente, formulam-se as hipóteses a respeito de como qualquer realidade se comporta. Deduzem-se as implicações e os resultados decorrentes dessas hipóteses, que são confrontados com evidências da realidade. Finalmente, desse confronto, tiram-se as conclusões ou a teoria explica satisfatoriamente o comportamento da realidade econômica ou deve-se formular uma teoria alternativa e mais adequada.

1.2 Objetivo do trabalho

Explicar, assuntos relacionados à teoria econômica. Dos quais trata-se de questões como: microeconomia; macroeconomia; economia internacional; finanças públicas e desenvolvimento econômico.

1.3 Estrutura do Trabalho

- **Na seção 1, Microeconomia:** Discutir como os conceitos de estrutura de mercado (concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolística) influenciam as decisões de produção e preços das empresas. Analisar como a eficiência alocativa e a eficiência produtiva variam entre esses tipos de mercado e os impactos sobre o bem-estar do consumidor;

- **Na seção 2, Macroeconomia:** Explorar a interação entre política fiscal e política monetária em um cenário de crise econômica. Aborda como essas políticas podem ser usadas para estimular a economia, controlar a inflação e reduzir o desemprego. Discutir o papel das expectativas dos agentes econômicos e a importância da coordenação entre as duas políticas;

- **Na seção 3, Economia Internacional:** Analisar as consequências das flutuações nas taxas de câmbio para um país em desenvolvimento. Discutir como as variações na taxa de câmbio afetam o comércio exterior, os investimentos diretos e a balança de pagamentos. Discutir também como a política cambial pode ser utilizada para estabilizar a economia:

- **Na seção 4, Finanças Públicas:** Examinar o papel das finanças públicas na promoção do desenvolvimento econômico e social. Discutir como a alocação de recursos públicos e a execução de programas sociais impactam a distribuição de renda e o crescimento econômico. Discutir, também, a importância da transparência e da responsabilidade fiscal na gestão de recursos públicos;

- **Na seção 5, Desenvolvimento Econômico:** Analisar os principais fatores que contribuem para o desenvolvimento econômico sustentável de um país, considerando aspectos como capital humano, infraestrutura, inovação e governança. Discutir como as políticas públicas podem ser formuladas para fomentar esses fatores e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

1.4 Metodologia utilizada para a pesquisa

Este trabalho tem como metodologia de pesquisa de caráter bibliográfico descritivo de orientação teórica. Analisa-se sobre um enfoque crítico com fator de motivação espontânea para fornecer uma visão sobre assuntos da teoria econômica. Buscou-se, inicialmente, compreender a amplitude das questões contextualizadas. Nesse ponto salientou-se a importância dos assuntos abordados, de maneira que, representam grande relevância na teoria econômica.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 -SEÇÃO 1: Microeconomia

Entender a estrutura de mercado e o poder de mercado é fundamental na Microeconomia. Elas descrevem como as empresas competem e influenciam os preços.

A estrutura de mercado refere-se ao ambiente competitivo no qual as empresas operam e interagem. Ela é determinada principalmente por três características essenciais:

- a) Número de empresas no mercado: pode ser um grande número (mercado atomizado) ou poucas empresas;
- b) Tipo de produto: se o produto é homogêneo (idêntico sem diferenciação, como commodities) ou diferenciado (com características únicas, marcas);
- c) Barreiras à entrada e saída de empresas: se é fácil ou difícil para novas empresas entrarem e saírem do mercado.

Essas características definem os principais tipos de estrutura de mercado:

- * Concorrência perfeita: muitas empresas, produtos homogêneos, livre entrada e saída. As empresas são tomadoras de preço (não tem poder para influenciar o preço);
- * Monopólio: apenas uma empresa, produto sem substitutos próximos, barreiras altas à entrada. A empresa é formadora de preço (tem poder de mercado);
- * Concorrência monopolística: muitas empresas, produto diferenciado, poucas barreiras. As empresas têm algum grau de poder sobre o preço de seu produto específico (devido à diferenciação);
- * Oligopólio: poucas grandes empresas, produto pode ser homogêneo ou diferenciado, barreiras significativas. As empresas têm poder de mercado e suas ações afetam umas às outras.

As principais estruturas de mercado na Microeconomia são definidas pelo número de empresas, a diferenciação do produto e a existência de barreiras à entrada, e cada uma delas conferem um grau diferente de poder de mercado às empresas:

Concorrência Perfeita: é o modelo teórico no qual a concorrência é máxima e o poder de mercado é nulo:

- Número de empresas: muitas (mercado atomizado). Nenhuma empresa individualmente consegue afetar o mercado;
- Produto homogêneo (idêntico). Não há diferenciação entre os produtos das diversas empresas (ex.: commodities agrícolas);
- Barreiras: livre entrada e saída de empresas;
- Poder de mercado: nulo. As empresas são tomadoras de preço (price-takers), aceitando o preço determinado pela oferta e demanda do mercado.

É um modelo mais teórico do que prático, usado como referência ideal de eficiência.

Monopólio: é o extremo oposto da concorrência perfeita, onde o poder de mercado é máximo:

- Número de empresas: uma única empresa;
- Produto único: sem substitutos próximos;
- Barreiras: altíssimas barreiras à entrada (ex.: controle de recurso essencial, patentes ou monopólio natural);
- Poder de mercado: máximo. A empresa é formadora de preço (price-maker) podendo controlar o preço e a quantidade para maximizar o lucro.

Oligopólio: caracteriza-se pela concentração de mercado na mão de um pequeno grupo de grandes empresas:

- Número de empresas: poucas grandes empresas que dominam o mercado;
- Produto: pode ser homogêneo (ex.: aço, cimento) ou diferenciado (ex.: automóveis, telefonia móvel);
- Barreiras: significativas barreiras à entrada;
- Poder de mercado: elevado. As ações de uma empresa afetam as demais, gerando uma interdependência estratégica (muitas vezes analisadas pela Teoria dos Jogos). Pode ocorrer conluio (formação de cartel) para fixar preços e cotas de produção ou competição acirrada.

Concorrência Monopolística: estrutura que combina elementos de monopólio (pela diferenciação de produto) e concorrência (pelo grande número de empresas):

- Número de empresas: muitas empresas;
- Produto diferenciado: embora os produtos sejam substitutos próximos cada empresa possui o “monopólio” de sua marca, característica ou localização (ex.: restaurantes, marcas de roupas, cabeleireiros);
- Barreiras: baixas (relativamente livre entrada e saída);
- Poder de mercado: limitado. Cada empresa tem um pequeno poder para aumentar o preço de seu produto específico (devido à diferenciação), mas esse poder é restringido pela existência de muitos substitutos próximos.

O poder de mercado é a capacidade que uma empresa ou agente econômico (comprador ou vendedor) têm de influenciar unilateralmente as condições de mercado, principalmente, manter seus preços acima do nível competitivo (acima do custo marginal), visando obter lucros econômicos (lucros extraordinários).

Em mercados com alta concorrência (como na concorrência perfeita), as empresas não têm poder de mercado e são forçadas a vender ao preço determinado pelo mercado. Já em

estruturas como monopólio ou oligopólio, as empresas detêm um grau significativo de poder de mercado.

A estrutura de mercado é a causa ou o ambiente que permite ou limita a existência do poder de mercado:

- Um monopólio (estrutura) é, por definição, uma empresa com alto poder de mercado;
- Uma empresa em concorrência perfeita (estrutura) tem poder de mercado nulo.

O poder de mercado pode vir tanto do lado da oferta (poder de monopólio) quanto do lado da demanda (poder de monopsônio, onde há um único comprador que pode influenciar o preço de compra).

De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2010) em estruturas de mercado o poder de mercado é a capacidade que os vendedores ou compradores podem ter de exercer influência no preço de uma mercadoria.

Pindyck e Rubinfeld (2010, p.308) referem sobre duas modalidades de poder de mercado, definidas tanto pelo vendedor quanto pelo comprador.

Quando os vendedores cobram preço acima do custo marginal dizemos que eles têm poder de monopólio, o qual se mede pela proporção à qual o preço ultrapassa o custo marginal. Quando os compradores podem obter preços abaixo do valor marginal atribuído à mercadoria, afirmamos que eles têm poder de monopsônio, o qual se mede pela proporção à qual o valor marginal ultrapassa o preço.

O poder de monopólio é determinado em parte pelo número de empresas que competem no mercado. Caso exista apenas uma empresa - um monopólio puro -, o poder de monopólio dependerá inteiramente da elasticidade da demanda do mercado. Quanto menor for a elasticidade da demanda, maior será o poder de monopólio da empresa. Quando existirem diversas empresas, o poder de monopólio também dependerá de como as empresas interagem entre si. Quanto mais agressiva for a competição entre elas, menor será o poder de monopólio de cada empresa.

O poder de monopsônio é determinado em parte pelo número de compradores que atuam no mercado. Se existir apenas um comprador - um monopsônio puro -, o poder de monopsônio dependerá da elasticidade da oferta do mercado. Quanto menor for a elasticidade da oferta, maior será o poder de monopsônio do comprador. Quando existirem diversos compradores atuando o poder de monopsônio também dependerá do quão agressivamente os compradores competem entre si pelos suprimentos.

O poder de mercado pode impor custos à sociedade. Tanto o poder de monopólio quanto o poder de monopsônio resultam em níveis de produção abaixo do nível de produção

competitivo, havendo portanto, um peso morto de excedentes de consumidor e de produtor. Pode haver custos sociais adicionais devido à captura de renda.

Há casos em que economias de escala tornam o monopólio puro desejável. Entretanto, o governo ainda estará disposto a regulamentar o preço para poder maximizar o bem-estar social.

De forma geral, dependemos da legislação antitruste para evitar que as empresas acumulem excessivo poder de mercado.

De acordo com (Pindyck e Rubinfeld, 2010, p.316):

As empresas com poder de mercado encontram-se em uma invejável posição, pois têm potencial para obter grandes lucros. A obtenção de tais lucros, no entanto, pode depender muito das estratégias de preços. Mesmo que as empresas fixem um preço único, elas necessitam de uma estimativa da elasticidade da demanda por sua produção. As estratégias mais complexas, que podem envolver a determinação de diversos preços, exigem ainda mais informações sobre a demanda.

Uma estratégia de preços tem por objetivo ampliar a base de clientes para os quais a empresa pode vender e captar o máximo possível de excedente do consumidor. Há diversas formas de atingir esses objetivos, os quais geralmente envolvem a determinação de mais que um único preço.

Portanto (Pindyck e Rubinfeld, 2010, 3017) acrescenta:

Para a empresa, o ideal seria poder praticar uma discriminação perfeita de preço, isto é, cobrando de cada cliente seu respectivo preço de reserva. Na prática, isso é quase sempre impossível. Por outro lado, diversas formas de discriminação imperfeita de preço são frequentemente utilizadas para a obtenção de lucros mais elevados.

A tarifa em duas partes é outra forma de captação de excedente do consumidor. Os consumidores precisam pagar uma “taxa de entrada” para adquirir a mercadoria desejada a um preço por unidade. A tarifa em duas partes é eficaz principalmente quando as demandas dos consumidores são relativamente homogêneas.

Desta forma pode-se perceber que:

Quando as demandas são heterogêneas e estão negativamente correlacionadas, a prática do pacote pode ser uma técnica eficaz para a fixação de preços. No pacote puro, duas ou mais mercadorias somente são vendidas juntas, já no pacote misto, o cliente pode adquirir as mercadorias individualmente ou em um pacote. O pacote misto pode ser mais lucrativo que o pacote puro se os custos marginais são significativos ou se as demandas apresentam correlação negativa perfeita. (PINDYCK; RUNBIFELD, 2010, p.355)

O pacote é um tipo especial de venda casada, ou seja, é uma exigência de que produtos sejam adquiridos ou vendidos em determinada combinação. A venda casada pode ser utilizada

para medição de demanda ou então para proteger o conceito que os clientes têm de determinada marca.

Investir em publicidade pode aumentar ainda mais os lucros. Contudo, a razão entre os gastos em propaganda e as receitas das vendas capaz de maximizar os lucros deve ser igual em magnitude à razão entre a elasticidade da demanda à propaganda e a elasticidade-preço da demanda.

Em um mercado monopolisticamente competitivo, as empresas concorrem por meio da venda de produtos diferenciados, que são altamente substituíveis uns pelos outros. Novas empresas podem entrar ou sair com facilidade. Nele as empresas possuem apenas uma pequena quantidade de poder de monopólio. No longo prazo, a entrada de novas empresas ocorrerá até que os lucros sejam reduzidos a zero. As empresas estarão então produzindo com excesso de capacidade (isto é, com produção abaixo dos níveis capazes de minimizar o custo médio.(PINDYCK; RUNBIFELD,2010,p.334.)

Em um mercado oligopolista, apenas algumas empresas são responsáveis pela maior parte ou pela totalidade da produção. As barreiras à entrada nesse mercado permitem que algumas empresas obtenham lucros substanciais, mesmo no longo prazo. As decisões econômicas envolvem considerações estratégicas – cada empresa deve considerar de que forma suas atuações influenciarão as rivais e quais serão as prováveis reações.

No modelo de oligopólio de Cournot, as empresas tomam suas decisões, ao mesmo tempo sobre a quantidade que produzirão, e cada qual assume como fixa a produção da outra. Em equilíbrio, cada empresa maximiza os lucros em função do nível de produção do concorrente, de tal modo que nenhuma das empresas terá nenhum estímulo para alterar a produção. As empresas estão, portanto, em um equilíbrio de Nash. O lucro de cada uma é mais alto do que na competição perfeita, porém é menor do que o lucro que poderia ser obtido por meio da coalizão.

No modelo de Stackelberg, uma empresa é a primeira a determinar o nível de produção. Essa empresa assume uma vantagem estratégica e obtém lucros mais altos do que a concorrência. Ela sabe que pode optar uma grande quantidade de produção e que os concorrentes terão de optar por quantidades menores caso pretendam maximizar os lucros.

O equilíbrio de Nash também pode ser aplicado a mercados em que as empresas produzem bens substitutos e competem por meio de preços. Em equilíbrio, cada uma delas maximiza os lucros, em função dos preços dos concorrentes, e desse modo não têm qualquer estímulo para alterar o preço.

De acordo com (Pindyck e Runbifeld, 2010, p.336):

As empresas poderiam obter lucros mais altos mediante coalizões visando à elevação de preços, contudo a legislação antitruste geralmente proíbe essa prática.

Todavia, há a possibilidade de que preços mais elevados sejam acertados sem que haja coalizão, ou seja, quando cada empresa eleva o preço e espera que os concorrentes façam o mesmo. Porém, elas se encontram em um dilema dos prisioneiros, e isso faz com que a tal fixação de preços seja improvável. Cada uma das empresas sente-se tentada a burlar o acordo, reduzindo o preço e obtendo uma fatia de mercado dos concorrentes.

O dilema do prisioneiro proporciona estabilidade de preços nos mercados oligopolistas. As empresas relutam em alterar os preços, pois temem que com isso possam dar início a uma guerra de preços.

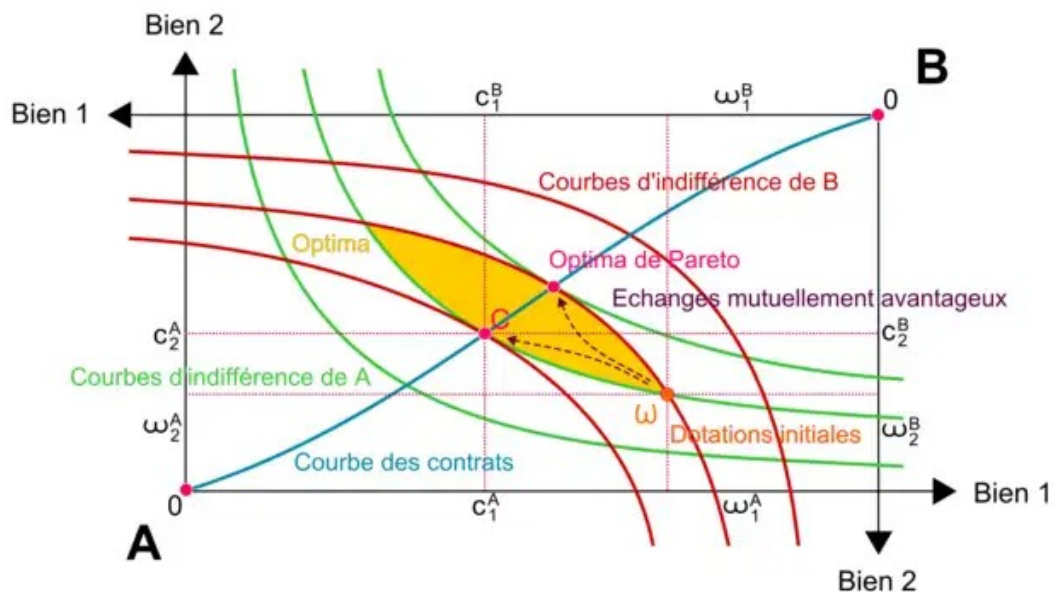
A liderança de preço é uma forma implícita de acordo que, às vezes, consegue contornar o dilema dos prisioneiros. Uma empresa fixa o preço e as demais a acompanham, estabelecendo o mesmo preço.

Em um cartel, os produtores estão em uma coalizão explícita, determinando preços e níveis de produção. Para obter êxito, a cartelização exige que a demanda total da mercadoria não seja muito elástica ao preço e que o cartel possa controlar a maior parte da oferta, ou então que a oferta dos produtores que não fazem parte do cartel seja inelástica.

De acordo com (Varian, 2006,p. 15):

a alocação eficiente no sentido de Pareto pode ser percebido da seguinte forma: No ponto M em um diagrama o conjunto de pontos acima da curva de indiferença de A não intercepta o conjunto de pontos acima da curva de indiferença de B. A região onde A está melhor é separada da região onde B está melhor. Isso significa que qualquer movimento que melhora uma das partes necessariamente piora a outra. Portanto, não há trocas que melhorem ambos nessa alocação.

Figura 1 – Gráfico contendo a Eficiência no Sentido de Pareto:



Fonte: CYRFLO, Caixa de Edgeworth, 2000.

Uma alocação como essa é conhecida como uma alocação eficiente no sentido de Pareto. O conceito de eficiência de Pareto é muito importante na teoria econômica e assume diversos aspectos. (Varian, 2006, p.646)

Uma alocação eficiente no sentido de Pareto pode ser descrita como uma alocação em que:

- Não há como fazer com que todas as pessoas envolvidas melhorem; ou
- Não há como fazer com que uma pessoa melhore sem piorar outra; ou
- Todos os ganhos com as trocas se exauriram; ou
- Não há trocas mutuamente vantajosas para serem efetuadas, e assim por diante.

Portanto para (Varian, 2006, p. 625):

As implicações do Primeiro Teorema do Bem-Estar em que os dois teoremas da teoria econômica de bem-estar estão entre os resultados mais fundamentais de teoria econômica. Os teoremas são apenas no caso simples da caixa de Edgeworth, mas eles são verdadeiros para modelos muito mais complexos com números arbitrários de consumidores e bens. Os teoremas do bem-estar têm implicações profundas para a elaboração de modalidades de alocação de recursos.

Ainda de acordo com (Varian, 2006, p.625):

Examinemos o Primeiro Teorema de Bem-Estar. Ele diz que qualquer equilíbrio competitivo é eficiente no sentido de Pareto. Esse teorema praticamente não tem pressupostos explícitos – ele resulta quase inteiramente de definições. Mas há alguns pressupostos implícitos. Um dos principais é que os agentes só se preocupam com seu consumo de bens, e não com o que os demais agentes consomem. Se um agente se importa com o consumo do outro, dizemos que há externalidade no consumo. Devemos observar que quando há externalidades no consumo, o equilíbrio competitivo não precisa ser eficiente no sentido de Pareto.

Para exemplificar, suponhamos que o agente A se importe com o consumo de charutos do agente B. Nesse caso, não haverá razão particular para que a escolha da cesta de consumo de cada agente aos preços de mercado resulte numa alocação eficiente no sentido de Pareto. Depois que cada pessoa comprou a melhor cesta pela qual podia pagar, pode ainda haver meios de fazer com que os dois melhorem – tal como A pagar a B para fumar menos charutos.

De acordo com (Varian, 2006, 625) trata-se de:

Outro importante pressuposto implícito no Primeiro Teorema de Bem-Estar é que os agentes realmente se comportem de maneira competitiva. Se houvesse apenas dois agentes, como no exemplo da caixa de Edgeworth, seria improvável que eles tomassem os preços como dados. Ao contrário, os agentes provavelmente reconheceriam o seu poder de mercado e tentariam utilizá-lo para melhorar suas próprias posições. O conceito de equilíbrio competitivo só faz sentido quando há um número suficiente de agentes para assegurar que cada um deles se comporte de maneira competitiva.

Por fim, o Primeiro Teorema do Bem-Estar só é de interesse se realmente houver um equilíbrio competitivo. Conforme argumentamos anteriormente, esse será o caso se os consumidores forem suficientemente pequenos em relação ao tamanho do mercado.

Dadas essas condições , o Primeiro Teorema do Bem-Estar constitui um resultado muito forte: um mercado privado em que cada agente procura maximizar a sua utilidade, resultará numa alocação capaz de alcançar a eficiência de Pareto.

A importância do Primeiro Teorema do Bem-Estar é que ele fornece mecanismo geral – o mercado competitivo – que podemos utilizar para assegurar a obtenção de resultados eficientes no sentido de Pareto. Se houver apenas dois agentes envolvidos , isso não importará muito; é fácil para duas pessoas se juntarem e examinarem as possibilidades de trocas mútuas. Mas se houver milhares, ou mesmo milhões de pessoas envolvidas, terá de haver algum tipo de estrutura imposta no processo de troca. O Primeiro Teorema de Bem-Estar mostra que a estrutura particular dos mercados competitivos tem a propriedade desejável de alcançar uma alocação eficiente no sentido de Pareto.

Se lidarmos com um problema de recursos que envolva muitas pessoas, é importante observar que o uso de mercados competitivos economiza a quantidade de informações que qualquer agente precisa ter. As únicas coisas que o consumidor precisa saber para tomar suas decisões de consumo são os preços dos bens que ele pretende consumir. Os consumidores não precisam conhecer nada sobre como os bens são produzidos, sobre quem tem que tipos de bens ou, ainda, de onde vêm os bens num mercado competitivo. Se o consumidor conhecer apenas os preços dos bens, ele poderá determinar suas demandas; se o mercado funcionar suficientemente bem para determinar os preços competitivos, teremos a garantia de um resultado eficiente. O fato de que os mercados competitivos reduzem a necessidade de informação constitui um forte argumento a favor do seu uso como meio de alocar recursos.

O Segundo Teorema da Teoria Econômica de Bem-Estar afirma que, sob certas condições, toda alocação eficiente no sentido de Pareto pode ser alcançada como um equilíbrio competitivo.(Varian,2006,p. 626,627)

Desta maneira pode-se perceber que:

O que significa esse resultado? O Segundo Teorema de Bem-Estar implica que os problemas de distribuição e eficiência podem ser separados. Qualquer alocação eficiente no sentido de Pareto que se queira obter pode apoiar-se no mecanismo de mercado. Os mecanismos de mercado são neutros do ponto de vista da distribuição; quaisquer que sejam nossos critérios a respeito de um bem ou da distribuição justa de bem-estar, podemos utilizar os mercados competitivos para alcançá-la. (Varian,2006,p.627)

Compreende-se desta forma que:

Os preços desempenham dois papéis no sistema de mercado: um referente à locação e o outro referente à distribuição. O papel alocativo dos preços consiste em indicar a escassez relativa; já o papel distributivo consiste em determinar quanto dos diferentes bens os vários agentes podem comprar. O Segundo Teorema de Bem-Estar afirma que esses dois papéis podem ser separados: podemos redistribuir as dotações de bens para avaliar a riqueza dos agentes e usar os preços para indicar a escassez relativa.(Varian,2006,p.627)

Percebece que:

As discussões de política econômica frequentemente tornam-se confusas nesse ponto. Ouvem-se com frequência argumentos, baseados na equidade distributiva, que defendem a intervenção nas decisões de preços. Essa intervenção no entanto, costuma ser mal orientada. Conforme vimos anteriormente, um meio conveniente de alcançar alocações eficientes é fazer com que cada agente enfrente os custos sociais verdadeiros de suas ações e faça escolhas que reflitam esses custos. Assim, num mercado perfeitamente competitivo, a decisão marginal de consumir mais ou menos de determinado bem dependerá do preço – que mede o valor que qualquer outra pessoa atribui a esse bem na margem. As considerações de eficiência são decisões inerentemente marginais – toda pessoa deveria enfrentar a escolha marginal correta ao tomar suas decisões de consumo. (Varian, 2006, p.627).

A decisão sobre quanto os vários agentes devem consumir é uma questão totalmente diferente. No mercado competitivo isso é determinado pelo valor dos recursos que as pessoas tem para vender. Do ponto de vista da teoria pura, não há razão pela qual o governo não possa transferir poder de compra – dotações – entre os consumidores da maneira que julgar mais adequada.

Com efeito, o Estado não precisa transferir as dotações físicas em si. Tudo que é necessário é transferir o poder de compra da dotação. O Estado pode taxar um consumidor com base no valor de sua dotação e transferir essa quantia para um outro. Enquanto os impostos se basearem no valor da dotação de bens dos consumidores, não haverá perda de eficiência. Esta só ocorre quando os impostos dependem das escolhas do consumidor, uma vez que nesse caso, os impostos afetarão as escolhas marginais do consumidor.

É verdade que um imposto sobre as dotações geralmente muda o comportamento das pessoas. Mas, de acordo com o Primeiro Teorema de Bem-Estar, as trocas realizadas a partir de quaisquer dotações iniciais resultarão numa alocação eficiente no sentido de Pareto. Assim, não importa o quanto se redistribuam as dotações, a alocação de equilíbrio, por ser determinada pelas forças de mercado, continuará a ser eficiente no sentido de Pareto.

2.2-SEÇÃO 2: Macroeconomia

A Política Fiscal e a Política Monetária são dois instrumentos macroeconômicos essenciais que o governo utiliza para gerir e estabilizar a economia de um país. Elas atuam em áreas distintas mas frequentemente se cruzam.

A Política Fiscal refere-se ao conjunto de medidas e ações do Governo (Ministério da Fazenda, Economia, Tesouro Nacional) que manipulam as receitas (principalmente impostos e tributos) e as despesas (gastos públicos) para influenciar a atividade econômica.

2.2.1 Objetivos Principais:

- Estabilização Macroeconômica: aumentar ou diminuir a demanda agregada (demanda total por bens e serviços) para combater recessão ou inflação;

- Redistribuição de Renda: promover maior igualdade social através de impostos progressivos e transferência de renda;
- Alocação de Recursos: direcionar recursos para setores estratégicos (saúde, educação, infraestrutura) através dos gastos públicos.

2.2.2 Instrumentos:

- Gastos Públicos: aumento dos gastos (em obras, salários, benefícios) injeta dinheiro na economia (Política Fiscal Expansionista), a redução retira dinheiro (Política Fiscal Contracionista);
- Tributação: redução de impostos aumenta a renda disponível para consumo e investimento (Política Fiscal Expansionista), o aumento de impostos a reduz (Política Fiscal Contracionista).

A Política Monetária refere-se às ações tomadas por uma Autoridade Monetária (geralmente o Banco Central) para controlar a oferta de moeda e o crédito na economia, afetando a taxa de juros básica do país.

2.2.3 Objetivos Principais:

- Controle da Inflação: este é frequentemente o objetivo primário, mantendo a inflação dentro das metas pré estabelecidas (regime de metas de inflação);
- Estabilidade Financeira: garantir o bom funcionamento do sistema financeiro;
- Estimulo ao Crescimento Econômico e Emprego: (em conjunto com o controle da inflação).

2.2.4 Instrumentos:

- Taxa de Juros Básica (Taxa SELIC no Brasil): o aumento da taxa encarece o crédito desestimulando o consumo e o investimento para controlar a inflação (Política Monetária Contracionista), a redução barateia o crédito, estimulando a economia (Política Monetária Expansionista);
- Operação de Mercado Aberto (Open Market): compra e venda de títulos públicos para injetar (comprando) ou retirar (vendendo) dinheiro de circulação;
- Depósito Compulsório: percentual de depósitos bancários que os bancos comerciais são obrigados a recolher no Banco Central. Seu aumento restringe a capacidade de empréstimo dos bancos, e sua redução a expande.

No longo prazo, a taxa de expansão monetária determina a taxa de inflação, mas não afeta a taxa de desemprego.

Além do PIB, inflação e desemprego figuram entre os indicadores de desempenho econômico mais atentamente observados.

A análise de longo prazo ressalta que o crescimento na oferta monetária é o determinante conclusivo da inflação. Ou seja, no longo prazo, uma moeda corrente vai

perdendo seu valor real ao longo do tempo se, e somente se, o banco central emitir uma quantidade cada vez maior dela. Essa lição consegue explicar a variação na taxa de inflação de década para década que temos observado nos Estados Unidos, assim como as hiperinflações muito mais dramáticas que vários países têm atravessado de tempos em tempos.

Também verifica-se muitos dos efeitos de longo prazo decorrentes da elevada expansão monetária e da alta inflação. Constatamos que de acordo com o efeito de Fisher, a inflação eleva a taxa de juros nominal (de modo que a taxa de juros real permanece inalterada). Pode-se perceber que a inflação alta acarreta uma depreciação da moeda corrente no mercado de câmbio.

Os determinantes de longo prazo para o desemprego são bastante diferentes. De acordo com a dicotomia clássica – a irrelevância das variáveis nominais para a determinação das variáveis reais -, o crescimento na oferta monetária não afeta o desemprego no longo prazo. Conforme podemos perceber a taxa natural de desemprego é determinada pelas taxas de perda de emprego e de obtenção de emprego, as quais, por sua vez, são determinadas pelo processo de busca de emprego e pela rigidez do salário real.

Por conseguinte, entende-se que a inflação e desemprego persistente são problemas que não estão relacionados um ao outro. Para combater a inflação de longo prazo, os formuladores de políticas econômicas devem necessariamente reduzir o crescimento da oferta monetária. Para combater o desemprego, eles precisam modificar a estrutura dos mercados de mão de obra. No longo prazo, não existe qualquer relação de troca do tipo perde-ganha entre inflação e desemprego.

No curto prazo, os formuladores de políticas que controlam as políticas monetária e fiscal se deparam com uma relação de troca do tipo perde-ganha entre inflação e desemprego.

Embora inflação e desemprego não estejam relacionados entre si no longo prazo, existe, no curto prazo, uma relação de troca do tipo perde-ganha entre essas duas variáveis, que é ilustrado pela curva de Phillips, para o curto prazo. Conforme podemos observar os formuladores de políticas econômicas podem utilizar as políticas monetária e fiscal para expandir a demanda agregada, o que diminui o desemprego e faz crescer a inflação. Ou, ainda, eles podem utilizar essas políticas para contrair a demanda agregada, o que faz crescer o desemprego e diminui a inflação.

Os formuladores de políticas econômicas se deparam com uma relação de troca fixa do tipo perde-ganha entre inflação e desemprego somente no curto prazo. Ao longo do tempo, a curva de Phillips de curto prazo se desloca por dois motivos. O primeiro deles é que choques

na oferta, tais como variações no preço do petróleo, modificam o perde-ganha de curto prazo; um choque adverso na oferta proporciona a esses formuladores a difícil opção entre maior índice de inflação ou maior índice de desemprego. O segundo deles é que, quando as pessoas modificam suas expectativas em relação à inflação, a relação perde-ganha de curto prazo entre inflação e desemprego se modifica. O ajuste das expectativas garante que o perde-ganha exista somente no curto prazo. Ou seja, somente no curto prazo o desemprego se desvia de sua taxa natural, e somente no curto prazo a política monetária exerce efeitos reais. No longo prazo, o modelo clássico descreve o mundo real.

2.3 -SEÇÃO 3: Economia Internacional

Em Economia Internacional a Política Cambial é o conjunto de medidas e ações governamentais (geralmente coordenadas pelo Banco Central de um país) que buscam influenciar o comportamento da taxa de câmbio e regular as relações financeiras e comerciais do país com o resto do mundo.

Em essência, trata-se de como um país gerencia o preço de sua moeda em relação às moedas estrangeiras (a taxa de câmbio) e o fluxo de capitais internacionais.

2.3.1 Principais Objetivos da Política Cambial:

Os objetivos podem variar dependendo da situação econômica do país, mas os mais comuns incluem:

- Controle da Inflação: uma taxa de câmbio valorizada (moeda nacional mais forte) tende a baratear as importações, o que ajuda a controlar o aumento dos preços internos (inflação);
- Competitividade Externa: uma taxa de câmbio desvalorizada (moeda nacional mais fraca) torna as exportações mais baratas para compradores estrangeiros e as importações mais caras para o país. Isso estimula a produção nacional e o aumento das exportações;
- Estabilidade da Taxa de Câmbio: evita flutuações bruscas e excessiva volatilidade no preço da moeda, o que é crucial para dar segurança e previsibilidade a investidores e empresas que lidam com comércio exterior;
- Equilíbrio do Balanço de Pagamentos: gerenciar as transações financeiras e comerciais do país com o exterior, evitando déficits (mais saída do que entrada de moeda estrangeira) excessivos ou insustentáveis;
- Gestão de Reservas Internacionais: acumular e administrar as reservas em moeda estrangeira (como o dólar) para serem utilizadas em momentos de crise ou para intervir no mercado.

2.3.2 Instrumentos de Política Cambial:

O instrumento central é a intervenção direta no mercado de câmbio. O Banco Central pode:

- a – Comprar Moeda Estrangeira: para desvalorizar a moeda nacional (aumenta a demanda pela moeda estrangeira, elevando seu preço);
- b – Vender Moeda Estrangeira: para valorizar a moeda nacional (aumenta a oferta de moeda estrangeira, reduzindo o seu preço);
- c – Utilizar Derivativos Cambiais (como Swaps): o Banco Central pode oferecer contratos que dão proteção cambial aos agentes econômicos, influenciando as expectativas de mercado sem usar diretamente as reservas;
- d – Alterar a Taxa de Juros: a Política Cambial esta intimamente ligada à Política Monetária. Um aumento na taxa básica de juros (como a Selic no Brasil) tende a atrair capital estrangeiro, o que por sua vez, pode levar à valorização da moeda nacional.

2.3.3 Tipos de Regimes Cambiais:

A Política Cambial se manifesta através do regime cambial adotado pelo país, que é o sistema pelo qual a taxa de câmbio é determinada.

Tabela-1: Tipos de Regimes Cambiais.

Regime Cambial	Determinação da Taxa de Câmbio	Intervenção Governamental
Câmbio Fixo	Valor atrelado a outra moeda (ex. Dólar) ou a um padrão (ex. Ouro).	O Banco Central intervém constantemente (comprando e vendendo moeda) para manter o preço fixo.
Câmbio Flutuante	Determinada pela oferta e demanda do mercado.	O Banco Central não intervém (ou faz intervenções mínimas). É o modelo mais liberal.
Câmbio Flutuante Sujo (ou Administrado)	Determinada pelo mercado (oferta e demanda), mas...	O Banco Central realiza intervenções pontuais para suavizar a volatilidade ou evitar movimentos extremos. É o regime atualmente adotado pelo Brasil.
Banda Cambial	A taxa pode flutuar livremente, mas dentro de um limite mínimo e máximo preestabelecido.	O Banco Central intervém apenas quando a taxa atinge os limites da banda.

Fonte: Elaborada pelo autor.(2025).

No regime cambial, câmbio fixo, a determinação da taxa de câmbio é através do valor atrelado a outra moeda (ex.: Dólar) ou a um padrão (ex.: ouro). A intervenção governamental é pelo Banco Central onde ele intervém constantemente (comprando e vendendo moeda) para manter o preço fixo. No regime cambial, câmbio flutuante, a determinação da taxa de câmbio

é determinada pela oferta e demanda do mercado. A intervenção governamental é pelo Banco Central onde ele não intervém (ou faz intervenções mínimas). É o modelo mais liberal. No regime cambial, câmbio flutuante sujo (ou administrado) a determinação da taxa de câmbio é determinada pelo mercado (oferta e demanda). A intervenção governamental, o Banco Central realiza intervenções pontuais mas para suavizar a volatilidade ou evitar movimentos externos. É o regime atualmente adotado pelo Brasil. No regime cambial, banda cambial, a determinação da taxa de câmbio, em que, a taxa pode flutuar livremente, mas dentro de um limite mínimo e máximo preestabelecido. A intervenção governamental é através do Banco Central, em que, ele intervém apenas quando a taxa atinge os limites da banda.

A escolha do regime cambial tem impactos profundos na autonomia da política monetária e na vulnerabilidade do país a choques externos.

As modernas teorias sobre as taxas de câmbio se baseiam nas abordagens monetárias e do mercado de ativos ou equilíbrio de portfólio do balanço de pagamentos, e encaram as taxas de câmbio, em sua grande maioria, como um fenômeno puramente financeiro. As teorias tradicionais, por outro lado, se baseiam nos fluxos de comércio e contribuem para a explicação dos movimentos das taxas de câmbio no longo prazo. Agora que os fluxos financeiros passaram a sobrepujar os do comércio, o interesse tem se voltado para as modernas teorias sobre as taxas de câmbio, porém as tradicionais continuam sendo importantes e servem de complemento às teorias modernas no longo prazo.

A teoria da paridade do poder de compra (PPP) absoluta postula que a taxa de câmbio entre duas moedas é igual à relação entre o nível de preços nos dois países, de forma que uma determinada commodity tenha o mesmo preço em ambos os países quando expresso em termos da mesma moeda (lei do preço único). A teoria mais aperfeiçoada da PPP postula que a mudança na taxa de câmbio deve ser proporcional à mudança nos preços relativos nas duas nações. Essa teoria é importante apenas no longo prazo ou para períodos altamente inflacionários. A existência de mercadorias não-comerciadas e de mudanças estruturais via de regra faz com que a teoria perca seu poder explicativo. Isto vem sendo particularmente verdadeiro a partir do final dos anos 1970.

De acordo com a abordagem monetária, a demanda nominal por moeda é estável no longo prazo e positivamente relacionada ao nível de renda nacional nominal, porém inversamente relacionada à taxa de juros. A oferta de moeda da nação é igual à sua base monetária vezes o multiplicador monetário. A base monetária da nação é igual ao crédito doméstico criado por suas autoridades monetárias acrescido de suas reservas internacionais. A não ser que seja compensado domesticamente, um excesso de oferta de moeda na nação

acarreta uma evasão de reservas, ou um déficit no balanço de pagamentos sob taxas de câmbio fixas e uma depreciação da moeda da nação (sem qualquer fluxo internacional de reserva) sob taxas de câmbio flexíveis. O oposto ocorre com um excesso de demanda por moeda na nação. Assim, exceto no caso de uma nação de moeda-reserva, como os Estados Unidos, a nação não detém o controle de sua oferta de moeda no longo prazo sob taxas de câmbio fixas, porém o faz sob taxas de câmbio flexíveis. Um aumento na taxa de inflação esperada de um país acarretará imediatamente uma depreciação da sua moeda em igual percentagem. A abordagem monetária admite também que o diferencial de juros favorável à nação iguala a apreciação esperada da moeda da nação estrangeira (arbitragem de juros descoberta).

No modelo de mercado de ativos, os indivíduos e as empresas mantêm sua riqueza financeira em uma combinação de moeda doméstica, títulos da dívida doméstica e títulos da dívida estrangeiros denominados na moeda estrangeira. O incentivo ao investimento em títulos (domésticos e estrangeiros) resulta dos rendimentos ou juros que propiciam. No entanto, trazem também consigo o risco da inadimplência e da variabilidade de seu valor de mercado ao longo do tempo. Além disso, os títulos estrangeiros também envolvem os riscos da moeda e do país. O investimento em moeda doméstica, por outro lado, não apresenta riscos porém não propicia rendimentos ou juros.. As demandas por saldos em moeda (M), por título doméstico (D) e por título estrangeiro (F) são funções ou dependem das taxas de juros na nação e no exterior (i e i^*), da esperada apreciação da moeda estrangeira (EA), do prêmio de risco do investimento em títulos estrangeiros (RP), bem como do PIB real (Y), dos preços (P) e da riqueza financeira (W) da nação fazendo-se com que M, D e F sejam iguais às suas respectivas ofertas, obtemos a quantidade de equilíbrio de saldos em moeda, títulos domésticos e títulos estrangeiros, bem como as taxas de juros de equilíbrio na nação e nas nações estrangeiras, e as taxas de câmbio entre as suas moedas. Qualquer mudança no valor de qualquer das variáveis do modelo irá afetar todas as demais variáveis. A taxa de câmbio é determinada no processo de obtenção de equilíbrio de todos os mercados financeiros simultaneamente.

Tendo sido acumulado ao longo de extenso período de tempo, o estoque total de ativos financeiros das carteiras dos investidores é muito vasto. Qualquer mudança nas taxas de juros, expectativas ou outras forças que afete os benefícios e custos do investimento nos vários ativos financeiros tende a acarretar uma mudança imediata ou muito rápida no seu estoque, na medida em que os investidores procuram rapidamente restabelecer o equilíbrio de suas carteiras. Como os ajustes no setor real (fluxos do comércio) ocorrem somente de forma gradual ao longo do tempo, a maior parte da responsabilidade pelo ajuste das taxas de câmbio

deverá vir dos mercados financeiros no curto ou mesmo curtíssimo prazo. Assim, as taxas de câmbio terão de se desviar ou ignorar os seus níveis de equilíbrio no longo prazo para que o equilíbrio seja prontamente restabelecido nos mercados financeiros. Com o tempo, à medida que as contribuições cumulativas para o ajuste advindas do setor real (comércio) se fazem sentir, as taxas de câmbio reverterem o seu movimento e o overshooting é eliminado.

Os testes empíricos não asseguram consistência aos modelos monetários e do mercado de ativos ou de equilíbrio de portfólio, exceto no longo prazo. A determinação das taxas de câmbio de curto prazo tem desafiado todas as tentativas de previsão precisa. Uma das razões é a importância do noticiário, que não pode ser previsto. Uma outra é a existência ou o desenvolvimento de bolhas especulativas, que com frequência fazem com que as taxas de câmbio se distanciem dos seus princípios. Isto não significa que essas teorias estejam erradas ou que não sejam de utilidade. Quer dizer apenas que permitem explicações parciais quanto à determinação das taxas de câmbio.

A administração de uma desvalorização por meio da fase de transição até o sucesso final exige julgamento e tratamento delicado. Consideremos primeiramente o problema da demanda agregada. Conforme notamos, esta frequentemente baixa após uma desvalorização e, a menos que a economia tenha sido bastante superaquecida de antemão, pode haver uma queda em lucros e emprego. Se a depressão for suficientemente severa e prolongada, ela evocará solicitações de ação expansionista pelo governo, já que poucos governos nos dias que correm podem fugir à responsabilidade pelos desenvolvimentos em suas economias. Se o governo cede a estas pressões, as políticas expansionistas podem vir quando a expansão da exportação induzida pela desvalorização já está se formando com um atraso e, por isso, aumentam as pressões da demanda exatamente na ocasião errada. Sob este aspecto, a melhor coisa a fazer seria abrandar a depressão – Isto é, encetar alguma ação modestamente expansionista juntamente, ou logo de pois da desvalorização, contrariamente ao conselho usual – e depois voltar atrás com a política monetária e fiscal, quando a nova demanda de exportação está se tornando importante. Na oportunidade apropriada, isto reduziria os custos sociais e econômicos da depressão e preveniria ação expansionista tardia, em resposta à pressão política em decorrência dos efeitos erosivos das desvalorizações sobre a balança comercial.

Por outro lado, também temos visto que frequentemente há um acentuado aumento de preços no período imediatamente seguinte à desvalorização, quando os importadores procuram passar a seus clientes o total ou a maior parte do custo aumentado dos bens importados. Na extensão em que estes aumentos de preço – alguns dos quais não são

sustentáveis de outro modo – se enraízam nos salários e outros custos locais, eles minarão a desvalorização. Neste caso, a oportunidade temporal é crucial. As autoridades devem fazer o que puderem a fim de reduzir o aumento temporário nos preços (para que não se tornem permanente), visando a terem a certeza de que ele vem rapidamente e é breve, adiando quaisquer acertos salariais ou aumento de preços administrados até depois que os preços-pico das importações foram alcançados e estiverem então baixando.

A dimensão do aumento temporário em preços pode ser influenciada pela rapidez e extensão da liberalização das importações, e isto advoga tal liberação imediatamente com a desvalorização (ou até antes, se isso poder ser feito sem dar a perceber a intenção de desvalorizar), em lugar de uma espera de diversos meses, como tem sido feito pela maioria dos países. No que tange à presteza com que os preços dos bens importados começam a baixar depois de sua elevação inicial, a depressão na demanda total reforça a consequência desejada, e este fator fere a sugestão acima de que a depressão deve ser abrandada. A ocasião dos acertos salariais em perspectiva se possível deve ser levada em conta na escolha da época para afetar a desvalorização; o alvo é conceder boa margem de tempo entre a desvalorização e acertos salariais importantes. Os aumentos necessários nos preços administrados, como os dos serviços públicos ou das indústrias no setor público, também devem ser adiados até que tenha passado o aumento temporário e alguns preços estejam baixando. Finalmente, os preços de alimentos, de acordo com a estação de ano, também precisam ser levados em conta; as desvalorizações imediatamente após uma boa colheita têm mais probabilidade de sucesso prolongado do que as que são feitas depois de más colheitas, ou antes que a colheita tenha sido concluída, quando os estoques de víveres estão baixos e os preços dos alimentos estão em elevação. As más colheitas em particular, têm enfraquecido muito o impacto de diversas desvalorizações, notadamente as da Índia em 1966 e da Colômbia em 1962.

O novo investimento no setor de exportação ocorrerá somente se os investidores acreditarem que a mudança em preços relativos, alcançada através de desvalorização, é razoavelmente duradoura. Assim, em termos de timing da resposta de exportação, as expectativas sobre a capacidade e o desejo das autoridades de manter a economia sob controle são tão importantes quanto o sucesso real ao fazê-lo. Aqui, a história vive no presente. Um país com um mau registro de administração monetária e fiscal, e com uma história de inflação tem a probabilidade de encontrar maior dificuldade em ocasionar a necessária realocação de recursos do que um com experiência mais favorável nestes aspectos. Uma depressão, profunda se não prolongada, pode (lamentavelmente) ser necessária em tal país a fim de estabelecer uma nova configuração de expectativas.

Portanto, há um dilema no que tange à administração macroeconômica no período imediatamente seguinte a uma desvalorização e, no final, inevitavelmente as autoridades precisam traçar suas políticas sob medida para os requisitos particulares do país e, até certo ponto, até mesmo “tocando de ouvido”. Este tipo de administração econômica de curto prazo continua sendo uma arte.

Ao mesmo tempo, as aparentes consequências políticas da desvalorização – uma probabilidade aumentada de que os governos percam suas posições e os ministros seus cargos – causam inquietação. Isso significa que pode haver um agudo conflito entre os interesses pessoais dos que detêm autoridade e os interesses do país – conflito que tem de ser resolvido por essas mesmas pessoas e que com muita frequência pode ser resolvido às expensas do país. Talvez este conflito desempenhe um papel maior do que as considerações de “contrato social” esboçadas anteriormente, em levar à procrastinação quando a desvalorização, e a uma tentativa de substituí-la por restrições e subvenções ad hoc.

Por conseguinte, deve ser desejável despolitizar a questão toda da desvalorização, tornando-se menos traumática para as autoridades e para o público. Isto sugere uma outra razão, além das econômicas, para que haja maior flexibilidade nas taxas de câmbio, em linhas semelhantes à paridade deslizante, como o têm feito o Brasil e a Colômbia. As mudanças graduais nas taxas de câmbio não apenas devem eliminar o solavanco político e maiores deslocamentos econômicos após uma grande desvalorização discreta, com sua aguda alteração de preços relativos, e, portanto das rendas de fator, mas também deve evitar as principais alocações errôneas de recursos que ocorrem à medida que se forma um desequilíbrio com uma taxa de câmbio fixa. Mas, mudanças nas taxas de câmbio, em pequenos passos frequentes, também devem ajudar a resolver o dilema apresentado acima: não será necessária uma depressão para re dirigir os recursos para as indústrias de exportação.

2.4 -SEÇÃO 4: Finanças Públicas

Finanças Públicas é o campo da Economia que estuda e trata sobre toda a atividade financeira do Estado, que visa a satisfação das necessidades coletivas.

Em termos práticos, as Finanças Públicas englobam:

- Arrecadação de Recursos (Receitas): como o governo obtém dinheiro, principalmente, por meio de tributos (impostos, taxas e contribuições), mas também por meio de operações de crédito (dívida pública) e outras fontes;
- Aplicações de Recursos (Despesas): como o governo gasta esse dinheiro para financiar os serviços públicos essenciais (saúde, educação, segurança, infraestrutura) e promover o desenvolvimento social e econômico;

- Orçamento Público: o planejamento de receitas e despesas para um determinado período;
- Gestão da Dívida: a administração dos empréstimos e obrigações financeiras do Estado.

O principal objetivo das Finanças Públicas é garantir o bem-estar social e o equilíbrio econômico do país através de uma alocação eficiente dos recursos públicos.

2.4.1 Responsabilidade Fiscal

Responsabilidade Fiscal é o conjunto de normas e princípios que visam garantir uma gestão financeira pública planejada, transparente e equilibrada. Ela estabelece regras de conduta para os administradores públicos para que as Finanças Públicas sejam geridas de forma sustentável.

No Brasil o conceito é consolidado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº.: 101/2000.

Seus pilares e objetivos incluem:

- Prevenção de Riscos: medidas para evitar que o governo gaste mais do que arrecade, como o estabelecimento de metas de resultados entre receitas e despesas;
- Transparência: obrigações de ampla divulgação e prestação de contas dos orçamentos e das contas públicas;
- Controle de Gastos: imposição de limites para despesas importantes, como os gastos com pessoal (servidores) e com a dívida pública;
- Sustentabilidade: garantir que as políticas públicas sejam financeiramente viáveis a longo prazo, evitando o endividamento excessivo.

2.4.2 Qual a Relação entre Elas?

A Responsabilidade Fiscal é uma ferramenta de controle e disciplina aplicada à gestão das Finanças Públicas.

- Finanças Públicas é o objeto (o sistema de receitas, despesas e orçamento do Estado);
- Responsabilidade Fiscal é o código de conduta (as regras e limites legais) que deve ser seguido pelo administrador para garantir que a gestão do objeto seja eficiente e equilibrada.

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que o gestor aja com responsabilidade ao lidar com as finanças públicas. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é um tema complexo.

Como forma de função alocativa, os bens públicos não podem ser fornecidos de forma compatível com as necessidades da sociedade através do sistema de mercado. O fato de os benefícios gerados pelos bens públicos estarem disponíveis para todos os consumidores faz com que não haja pagamentos voluntários aos fornecedores desses bens. Sendo assim, perde-se o vínculo entre produtores e consumidores, o que leva à necessidade de intervenção do governo para garantir o fornecimento dos bens públicos.

Isto posto, o governo deve: a) determinar o tipo e a quantidade de bens públicos a serem ofertados e b) calcular o nível de contribuição de cada consumidor. Em relação a esse último ponto, um determinado consumidor não tem motivos para se “apresentar” ao governo e declarar o valor “justo” que ele atribui aos serviços prestados pelo setor público, a não ser que tenha certeza de que os demais indivíduos beneficiados pelo fornecimento dos bens públicos façam o mesmo. Neste caso, há um espaço claro de ação dos “caronas”, que preferirão se utilizar dos bens públicos sem pagar por isso, na esperança de que outros consumidores contribuam para o governo, financiando a produção desses bens. Tendo em vista que grande parte dos consumidores, de forma racional, provavelmente agiria dessa maneira, o financiamento da produção dos bens públicos não pode dar-se de forma voluntária. De fato, o financiamento da produção dos bens públicos depende da obtenção compulsória de recursos, através de cobranças de impostos.

É neste sentido que o processo político surge como substituto do mecanismo do sistema de mercado. A decisão por um determinado governante através de processo eleitoral funciona como uma espécie de revelação de preferências por parte da sociedade. De forma indireta, a eleição mostra não apenas quais bens públicos são considerados prioritários, como o quanto os indivíduos estarão dispostos a contribuir sob a forma de impostos para o funcionamento da oferta de bens públicos. Por exemplo, uma sociedade que esteja buscando uma redução da violência tenderá a eleger um candidato que tenha como prioridade o aumento da segurança das ruas, ainda que isto signifique, necessariamente, um aumento dos impostos para arcar com o aumento do contingente de policiais. Neste caso seria revelada, ainda de forma indireta, uma preferência pelo bem público “segurança”.

Um ponto relevante para destacar aqui é a distinção entre os conceitos de “produção” e de “provisão” de bens ou serviços públicos. Fazendo um paralelo com a oferta de tomates, ninguém vai reclamar com o governo se esse produto faltar na prateleira do supermercado. O próprio funcionamento do sistema de preços se encarregará de que essa oferta seja normalizada rapidamente. Entretanto, se um bairro ficar sem luz ou se os telefones de uma cidade não funcionarem direito, muito provavelmente a irritação da população vai se manifestar em críticas ao governo, independentemente de as empresas fornecedoras de serviço serem públicas ou privadas. E isto por um motivo muito simples: o serviço é público – daí o nome genérico de “serviço público” – no sentido de que atende a uma parte expressiva da população. Em outras palavras, há atividades em relação às quais, mesmo que o Estado deixe de ser responsável pela produção de um bem ou serviço, ele é intrinsecamente responsável pela sua provisão, isto é, deve zelar – diretamente ou através dos órgãos

reguladores – para que a população seja adequadamente servida em termos de oferta e da qualidade de certos bens ou serviços.

Vale destacar também a importância da provisão por parte do setor público dos chamados bens “semipúblicos” ou “meritórios”, que constituem um caso intermediário entre os bens privados e os bens públicos. Apesar de poderem ser submetidos ao princípio da exclusão e, desta forma, serem explorados pelo setor privado, o fato de gerarem altos benefícios sociais e externalidades positivas justifica a produção total ou parcial dos bens meritórios pelo setor público. Os principais exemplos são os serviços de educação e saúde. Da mesma forma que no caso dos bens públicos, os recursos necessários para a produção desses bens são obtidos compulsoriamente, através da tributação.

Desta forma, em muitos países também foi importante a ação do “Estado empresário” na promoção do crescimento econômico. Neste caso, a intervenção direta do setor público na produção de bens e serviços privados justificou-se, em um determinado momento histórico, pela insuficiência do setor privado em mobilizar recursos para o desenvolvimento de projetos de grande porte, principalmente nos setores de infraestrutura. Além da necessidade de um montante considerável de recursos para o seu financiamento, os investimentos nestes setores também tinham um longo prazo de maturação, o que levava a uma demora na geração dos lucros e desestimulava, desta forma, o investimento privado. Finalmente, dado o potencial dos setores de infraestrutura de geração de externalidades positivas para o resto do sistema econômico, os bens e serviços gerados por eles eram vendidos a preços subsidiados, o que também desincentivava o investimento privado nesses setores.

Em relação a função distributiva, a distribuição de renda resultante, em determinado momento, das dotações dos fatores de produção – capital, trabalho e terra – e da venda dos serviços desses fatores no mercado pode não ser a desejada pela sociedade. Cabem, portanto, alguns ajustes distributivos feitos pelo governo, no sentido de promover uma distribuição considerada justa pela sociedade. Para isso, o governo se utiliza de alguns instrumentos principais: a) as transferências; b) os impostos e c) os subsídios. De fato, esses três instrumentos estão estreitamente relacionados, havendo várias formas de promover uma redistribuição de renda.

Em primeiro lugar, através do esquema de transferências o governo pode promover uma redistribuição direta da renda, tributando em maior medida os indivíduos pertencentes às camadas de renda mais alta, e subsidiando os indivíduos de baixa renda. Um exemplo desse tipo de política é o imposto de renda negativo, utilizado em alguns países desenvolvidos, que

implica uma transferência de renda para as pessoas que ganham menos do que um determinado nível mínimo de rendimentos.

Em segundo lugar, os recursos captados pela tributação dos indivíduos de renda mais alta podem ser utilizados para o financiamento de programas voltados para a parcela da população de baixa renda, como o de construção de moradias populares.

Finalmente, o governo pode impor alíquotas de impostos mais altas aos bens considerados de “luxo” ou “supérfluos”, consumidos pelos indivíduos de renda mais alta, e cobrar alíquotas mais baixas dos bens que compõem a cesta básica, subsidiando, desta forma, a produção dos bens de primeira necessidade, com alta participação no consumo da população de baixa renda.

Vale destacar também o papel do sistema de seguridade social na redistribuição de renda da sociedade. Os recursos captados pelo sistema e aplicados em hospitais públicos, por exemplo, promovem uma redistribuição de renda da parcela da população de renda mais alta para a de renda mais baixa, tendo em vista que este segmento da população utiliza em maior medida os serviços do sistema público de saúde. Os benefícios assistenciais concedidos a pessoas de baixa renda sem que tenham contribuído para a previdência social é um outro exemplo importante.

Já na função estabilizadora, pode-se destacar, a importância da função estabilizadora do Estado passou a ser defendida, principalmente, a partir da publicação do livro Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Moeda em 1936, de autoria de John Maynard Keynes. Até então, acreditava-se que o mercado tinha uma capacidade de se autoajustar ao nível de pleno emprego da economia. A flexibilidade de preços e salários garantiria este equilíbrio: a existência de desemprego só seria explicada, por exemplo, por um nível de salários reais acima daquele que equilibraria a demanda e a oferta de trabalho, o que poderia ocorrer em razão da ação dos sindicatos. Keynes, ao contrário, apontava que o limite ao emprego era dado pelo nível de demanda as firmas só estariam dispostas a empregar determinada quantidade de trabalho conforme as expectativas de venda de seus produtos. Desta forma, tudo que pudesse ser feito para aumentar a quantidade de gastos na economia contribuiria para uma redução da taxa de desemprego da economia. Neste sentido, Keynes deu ênfase ao papel do Estado mediante as políticas monetárias e principalmente, fiscal para promover um alto nível de emprego na economia.

Como já foi comentado, o funcionamento do sistema de mercado não é, por si só, capaz de assegurar altos níveis de emprego, estabilidade dos preços e altas taxas de crescimento econômico. Sendo assim, a intervenção do governo pode ser importante no

sentido de proteger a economia de flutuações bruscas, caracterizadas por alto nível de desemprego e/ou alto nível de inflação. Para isso, os principais instrumentos macroeconômicos à disposição do governo são as políticas fiscal e monetária.

Supondo que as flutuações da economia decorram de uma insuficiência ou de um excesso de demanda agregada, o controle da demanda é a forma de intervenção do governo mais indicado para garantir a estabilidade do sistema econômico. O governo age sobre a demanda agregada da economia para manter altas taxas de crescimento e de emprego e baixa inflação.

A política fiscal pode se manifestar diretamente, através da variação dos gastos públicos em consumo e investimento, ou indiretamente, pela redução das alíquotas de impostos, que eleva a renda disponível do setor privado. Por exemplo, em uma situação recessiva, o governo pode promover um crescimento de seus gastos em consumo e/ou investimento e com isso incentivar um aumento da demanda agregada, tendo como resultado um maior nível de emprego e da renda da economia. Alternativamente, o governo pode reduzir as alíquotas de impostos, aumentando, desta forma, o multiplicador de renda da economia.

No caso da existência de um alto nível de inflação, por sua vez, decorrente de um excesso de demanda agregada na economia, o governo pode agir de forma inversa ao caso anterior, promovendo uma redução da demanda agregada, através da diminuição dos seus gastos e/ou do aumento das alíquotas dos impostos – reduziria a renda disponível e, conseqüentemente, o nível de consumo da economia.

Dependendo da situação, o governo pode preferir agir sobre a demanda agregada da economia através da política monetária. Em casos de recessão ou desaceleração do crescimento econômico, o governo pode promover uma redução das taxas de juros, estimulando desta forma o aumento dos investimentos e, conseqüentemente, o crescimento da demanda agregada e da renda nacional. Alternativamente, em uma situação de excesso de demanda com impactos inflacionários, o governo pode aumentar as taxas de juros, reduzindo, desta maneira, a demanda agregada da economia. Para se atingir as prioridades da política econômica, o mais comum, na prática, é uma ação combinada das políticas fiscal e monetária por parte do governo.

2.5 -SEÇÃO 5: Desenvolvimento Econômico

O Desenvolvimento Econômico é um conceito amplo e qualitativo que se refere a um processo de melhoria das condições de vida e do bem-estar geral de uma população, acompanhado de mudanças estruturais na economia e na sociedade.

Diferentemente do Crescimento Econômico (que é o aumento quantitativo da produção de bens e serviços, geralmente medido pelo PIB), o desenvolvimento abrange aspectos mais profundos e duradouros.

2.5.1 Características do Desenvolvimento Econômico:

- Melhoria na Qualidade de Vida: inclui aumento na renda per capita, melhoria na saúde (maior expectativa de vida), a educação (maior taxa de alfabetização e anos de estudo);
- Distribuição de Renda: redução das desigualdades sociais (medida, por exemplo, pelo Coeficiente de Gini);
- Mudanças Estruturais: transformação da estrutura produtiva com maior diversificação econômica e avanço tecnológico;
- Estabilidade Social e Política: criação de um ambiente mais estável e seguro.

O indicador mais comum para medir o desenvolvimento econômico é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que combina renda, saúde e educação.

2.5.2 Desenvolvimento Sustentável:

O Desenvolvimento Sustentável é um modelo de desenvolvimento que busca conciliar o progresso econômico e social com a preservação do meio ambiente.

A definição mais amplamente utilizada (do Relatório Brundtland, 1987) diz que é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações.

2.5.3 Os Três Pilares da Sustentabilidade (Triple Bottom Line):



Fonte:KNAUF,[Sem Título] (2021).

O Desenvolvimento Sustentável exige que as ações considerem três dimensões de forma integrada:

- a – Sustentabilidade Econômica: garantir a eficiência, a produtividade e a criação de renda, mas de forma a ser duradoura e resiliente a longo prazo;
- b – Sustentabilidade Social: promover a igualdade, a inclusão social, a redução da pobreza e a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida de todos;
- c – Sustentabilidade Ambiental: proteger os recursos naturais, conservar a biodiversidade, reduzir a poluição e as emissões de carbono, e garantir a utilização racional dos recursos finitos.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU são um conjunto de 17 metas globais que direcionam os países para a adoção de práticas sustentáveis em diversas áreas.

A diferença crucial é que o Desenvolvimento Sustentável incorpora o elemento ambiental e a perspectiva de longo prazo ao conceito de Desenvolvimento Econômico.

O desenvolvimento econômico depende, do lado da oferta, dos recursos naturais existentes, do estoque de capital físico disponível e da capacidade humana de produção, e, do lado da demanda, da acumulação de capital, do consumo e das exportações. Oferta e demanda devem crescer de forma equilibrada, mas uma característica universal das economias

capitalistas, e principalmente das em desenvolvimento, é que a oferta geralmente excede a demanda, ocorre generalizado desemprego de recursos humanos, a emigração de pessoal educado para os países ricos é alta e as taxas de crescimento são baixas. Keynes fez a crítica da lei de Say que pressupõe o equilíbrio automático entre a oferta e a procura, fundamentando-a, basicamente, na possibilidade de entesouramento e na preferência pela liquidez. Embora sabendo que há outros fatores que determinam a subutilização de recursos nos países em desenvolvimento, argumentaremos que o problema de insuficiência de demanda é central à existência de uma tendência à sobrevalorização da taxa de câmbio, que ocorre nesses países. Essa sobre apreciação estimula as importações e desestimula as exportações, limitando portanto, os novos investimentos que são essenciais para uma demanda agregada interna sustentada. Geralmente esse desenvolvimento econômico enfático sobre as limitações do lado da oferta, como a falta de educação, de saúde e de competência técnica e a falta de capitais disponíveis para empregar pessoas. Mas quando recursos humanos estão ociosos, fica claro que precisamos buscar principalmente no lado da demanda as causas e os pontos de estrangulamento do crescimento econômico.

Uma origem fundamental da insuficiência de demanda nos países em desenvolvimento é a sobre apreciação da taxa de câmbio causada pela política de crescimento com poupança externa, ou seja, pela insistência dos países ricos em recomendar crescimento com poupança externa, e pela tentação populista existente nos países em desenvolvimento de aceitar essa proposta e incorrer em déficits em conta corrente consistentes com aumentos artificiais dos salários internos. Em consequência dessa política, os países em desenvolvimento frequentemente passam por três estágios sucessivos voltados para a quase-estagnação: apreciação da taxa de câmbio, fragilidade financeira internacional e crise de balanço de pagamentos. Os modelos derivados dos dois últimos estágios não precisam ser ressaltados porque são evidentes. Se ficar claro que a política de crescimento com poupança externa implica apreciação da taxa de câmbio, provoca uma elevada substituição de poupança interna por externa com pouco ou nenhum ganho líquido para o país, e por isso, limita os investimentos voltados para as exportações, desta forma, deverá ser abandonada a estratégia fundamental que a ortodoxia convencional oferece aos países em desenvolvimento para que se desenvolvam. É verdade que o câmbio sobre apreciado estimula um outro componente da demanda agregada – o consumo interno -, mas esse estímulo decorre do aumento artificial dos salários reais causado pela sobre apreciação e é atendido pelo aumento das importações. Diferentemente, porém, da crítica de Keynes à incapacidade do mercado de garantir o equilíbrio entre oferta e a demanda agregada – uma crítica, que é inerente à dinâmica

macroeconômica independentemente de qualquer política. Dessa forma da ortodoxia convencional de que o crescimento econômico não é outra coisa senão uma grande competição entre países em desenvolvimento para lograr a poupança externa dos países ricos. Em vez disso, fica claro que o desenvolvimento econômico deve ser financiado fundamentalmente por poupança interna.

Por outro lado, a poupança externa é geralmente confundida com investimentos diretos. Não fica claro que os investimentos diretos não financiam necessariamente déficits em conta corrente que são a poupança externa; podem, inclusive, financiar o aumento das reservas internacionais do país recipiente ou investimentos diretos que este realize no exterior.

A única coisa que os formuladores de políticas econômicas poderiam fazer seria decidir pelo regime de câmbio fixo ou de câmbio flutuante. Quando um país aceita essa política, o que se está fazendo é administrar para baixo (apreciando) a taxa de câmbio, já que o déficit em conta corrente que ela implica tem como consequência necessária uma taxa de câmbio mais apreciada do que seria se esse déficit não existisse e houvesse equilíbrio na conta corrente. Do lado oposto, quando o país cresce sem poupança externa, ou seja, com superávit em conta corrente, ele estará administrando sua taxa de câmbio de maneira a mantê-la relativamente depreciada. É certo que em muitos casos os países que aceitam a política de crescer com poupança externa não percebem que isso implica câmbio apreciado, mas essa falta de consciência não muda o fato de estarem administrando para baixo suas taxas de câmbio, seja pela manutenção de taxas de juros elevadas, seja pela aceitação sem restrição de fluxos de capital.

Na sua qualidade de preço macroeconômico estratégico, a taxa de câmbio só não determina plenamente a poupança externa ou o déficit em conta corrente porque esse déficit depende também do valor da renda líquida enviada ou recebida do exterior, do nível de atividade econômica e das relações de troca do país. Podemos entender então que a taxa de câmbio “de equilíbrio”, ou mais precisamente a taxa de câmbio “de referência” é aquela que, intemporalmente, garante o estágio zero da conta corrente para um dado nível de termos de troca e nível de renda. Essa definição terá de ser modificada quando considerarmos a doença holandesa, porque quando existe esse problema, a taxa de câmbio de equilíbrio, que viabiliza a transferência de mão de obra para setores com conteúdo tecnológico maior, é mais depreciada do que aquela que equilibra a conta corrente do país.

Muitos trabalhos empíricos se dedicam a medir a relação existente entre utilização de poupança externa e níveis de poupança interna. A maioria desses estudos aponta para o resultado de substituição de poupança interna pela externa no que parece constituir quase um

consenso na literatura. Curiosamente a questão cambial é deixada de lado. A maioria dos trabalhos nessa área não se preocupa com o papel do câmbio na determinação do nível de poupança interna ou externa, nem apresenta uma teoria explicativa da taxa de substituição de poupança externa por interna. Limitam-se a apresentar os resultados de suas pesquisas, que são significativos, sem, entretanto, oferecer uma teoria explicativa.

Já estavam presentes várias outras comprovações empíricas, principalmente aquelas relativas à década de 1990 no Brasil e na América Latina. Calculou-se a taxa de substituição da poupança interna pela externa no Brasil entre 1994 e 1999, quando o déficit em conta corrente do país aumentou fortemente, e encontrou uma taxa de substituição de 115,8%. Por outro lado, a taxa de substituição da poupança externa pela interna entre 2000 e 2005, quando ocorre o movimento inverso do déficit em conta corrente, e encontrou uma taxa de substituição da poupança externa pela interna de 120,9%. Em consequência, a taxa de investimento não aumentou no primeiro período, quando aumentou a poupança externa, e praticamente não diminuiu no segundo, quando a poupança interna recebida pelo país caiu.

Os efeitos negativos derivados da aceitação por uma nação da proposta presente em grande parte da literatura econômica e particularmente entre aqueles ligados à ortodoxia convencional de crescer com poupança externa. Quando essa via for escolhida, o país enfrentará o problema de insuficiência de demanda derivada da falta de existência de estímulos adequados aos investimentos voltados para exportação, porque sua moeda tenderá a se tornar sobre apreciada. Esta apreciação da taxa de câmbio ocorre em relação à taxa de câmbio de referência que, intertemporalmente, equilibra a conta corrente do país. Como discutimos, a taxa de câmbio define não apenas exportações e importações e, portanto, a poupança externa, mas também os salários e ordenados reais e os lucros e, portanto, o consumo e a poupança interna. Sob esse ângulo é a propensão a consumir, a qual variará dependendo da existência de oportunidades normais ou de grandes oportunidades de investimento. Do lado da demanda, o investimento e, portanto, a poupança, depende da elasticidade das exportações ao câmbio e dos investimentos à exportação, ou, mais diretamente, dos investimentos ao câmbio. Logo, o nível da taxa de câmbio define também o investimento. Quando porém, a economia vive um momento de altas taxas de crescimento, no qual o diferencial entre a taxa de lucros esperados e a taxa de juros de longo prazo é alto, o aumento do consumo pode ser pequeno, porque principalmente a classe média poderá direcionar seu aumento real dos ordenados para o investimento tornado muito mais atrativo. É isso que explica por que, em determinados momentos, como nos Estados Unidos na segunda

metade do século XIX, ou na Coréia do Sul e no Brasil, na primeira metade dos anos 70, houve crescimento com poupança externa.

Como aconteceu nos anos 90, essa condição exponencial não está presente, e a poupança externa se transforma simplesmente em maior consumo e em maior endividamento financeiro ou patrimonial do país, ambos implicando em pesado ônus de remessa de rendimentos para o exterior sem que tenha havido aumento do investimento e da taxa de crescimento. Isso explica também por que os países asiáticos têm defendido tão fortemente sua taxa de câmbio, mantendo-a competitiva, através da política de crescer sem poupança externa, com superávit em conta corrente e aumento de reservas ou de investimento no exterior. Essa crítica contraria o pressuposto da teoria econômica convencional de que os países ricos em capital transferem (e devem transferir) seus recursos para os países pobres em capital. Com isso, espera-se contribuir para uma teoria que explique essa experiência e as baixas taxas de crescimento dos países que recorrem à poupança externa. Espera-se também contribuir para o fortalecimento de uma perspectiva de macroeconomia do desenvolvimento que enfatize a importância da demanda agregada e a necessidade de uma taxa de câmbio competitiva que garanta o caráter sustentado dessa demanda.

3 CONCLUSÃO

Procurou-se mostrar na atualidade, a grande avalanche de obras, autores, papers e contribuições científicas esparsas, geralmente limitadas a determinados aspectos teóricos e/ou sua aplicação, chega a lembrar uma Babel confusa, tão confusa, que não se consegue apontar uma obra ou um autor do porte de Keynes. Daí a opção de indicar as contribuições científicas mais comumente utilizadas. Trata-se de um critério norteador de áreas significativas de pesquisa em grandes publicações.

A fase contemporânea, contudo, deixa entrever, mecanismos econômicos que buscam valorizar os atores econômicos, a pessoa humana, os valores éticos e a cooperação. Essa busca é somada à urgente necessidade de combater as agressões ecológicas que põem em risco a própria continuidade de vida neste planeta.

É oportuno, então, enfatizar que a Economia é uma ciência social, e o objetivo principal de seus estudos deve ser a atividade econômica voltada para o gênero humano e não simplesmente para a produção e o mercado e para o lucro econômico, sem considerar, por exemplo, as condições de trabalho (tanto materiais como psicológicas), nem as necessidades humanas.

Qualquer esforço no sentido de eficiência, qualidade e produtividade, deve incluir o combate às perversas consequências da globalização econômica assimétrica e a luta pela valorização dos atores econômicos, porque o fim último da Ciência Econômica é a satisfação das necessidades da pessoa humana.

Os economistas e os formuladores de políticas econômicas devem lidar com ambiguidades. O estudo atual da economia oferece muitas linhas de raciocínio, embora também deixe muitas perguntas em aberto. O desafio dos economistas é encontrar respostas para essas perguntas e expandir nosso conhecimento de que dispomos agora no intuito de melhorar o desempenho econômico. Ambos os desafios são gigantes, mas nenhum deles é insuperável.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, puderam ser identificados algumas possibilidades de melhoria e de continuação a partir de futuras pesquisas e capacitá-las à teoria econômica dentro de uma nova perspectiva em que se encontram. Todas essas questões e outras mais precisam ser investigadas para que suas análises possam alimentar as transformações necessárias.

REFERÊNCIAS:

BLANCHARD, Olivier J. **Macroeconomia: teoria e política econômica**. – Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CYRFLO, Caixa de Edgeworth, 2000. Disponível em:

https://wikiwandv2-19431.kxcdn.com/_next/image?url=https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/30/edgeworth_box.png/640px-edgeworth_box.png&w=640&q=50

FEIJÓ, Ricardo. **Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro**. – São Paulo: Atlas, 2007.

FILELLINI, Alfredo. **Economia do setor público**. – São Paulo: Atlas, 1989.

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. – São Paulo: Thomson Learning, 2006.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. – São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas** – 3. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008 – 3ª. reimpressão. p.12-15

KNAUF, [Sem Título], 2021. Disponível em:

<https://www.mundoisopor.com.br/wp-content/uploads/2021/10/>

[ab98897d60eaa0d05c1862c118538407_XL-1-768x439.jpg](https://www.mundoisopor.com.br/wp-content/uploads/2021/10/ab98897d60eaa0d05c1862c118538407_XL-1-768x439.jpg)

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. – Rio de Janeiro: LTC, 2010. p.438, 439.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. – 4ª ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

- PINDYCK, Robert S. , RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. – 7. ed. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. p. 307, 310, 318, 323, 324, 329, 332, 359, 391, 396, 403.
- REZENDE, Fernando Antonio. **Finanças Públicas**. – 2. ed. – 5. reimp. – São Paulo: Atlas, 2007.
- SALVATORE, Dominick. **Economia Internacional**. – Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos Científicos S. A. 2000. p. 270-288.
- SANTOS, Reginaldo Souza. **A teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo: uma discussão com os filósofos economistas: de Smith a Keynes**. – São Paulo: Mandacaru; Salvador: Cetead 2001.
- SAVASINI, José A. A., MULAN, Pedro Sampaio, BAER, Werner. **Economia Internacional**. – São Paulo: Saraiva, 1979. p. 515-545.
- SICSÚ, João; VIDOTTO, Carlos[organizadores]. **Economia do desenvolvimento**. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.
- VARIAN, Hal R. **Microeconomia**. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 – 2ª Reimpressão. p. 607, 625, 626, 660-665.
- VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. – 2ª ed. – São Paulo: Atlas, 2000.
